

dossiê raça, gênero e sexualidade: direitos e lutas sociais

A pandemia de coronavírus: uma análise descritiva sobre o contexto laboral das mulheres trans

The coronavirus pandemic: a descriptive analysis on the laboral context of trans women

Ana Cláudia Lima de Oliveira¹

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: decania@ccje.ufRJ.br; anaclaudialufRJ@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8297-1091>.

Camila Eduarda Pinto Figueiredo²

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: decania@ccje.ufRJ.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1810-9392>.

Endrick Edward Rodrigues Martins³

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: decania@ccje.ufRJ.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1075-7483>.

Julie Alves de Alcantara⁴

⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: decania@ccje.ufRJ.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8979-5951>.

Lavinia de Oliveira Castilho⁵

⁵ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: decania@ccje.ufRJ.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5228-2132>.

Submetido em 10/06/2021. Aceito em 26/07/2021.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v. 7, n. 2, 2021

ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciada bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

A pandemia de coronavírus: uma análise descritiva sobre o contexto laboral das mulheres trans



Resumo: Sobre a perspectiva de que se é cada vez mais difícil a inserção no mercado de trabalho, principalmente quando não há habilidades profissionais/educacionais suficientes, para solucionar o problema da marginalização laboral na maioria das empresas, estudamos a inserção das mulheres trans neste. Este artigo objetiva analisar a situação ocupacional de mulheres trans no contexto da pandemia de coronavírus. A pesquisa possui caráter descritivo bibliográfico, utilizando-se também o método dedutivo e, conseqüentemente, a análise de artigos, documentos e reportagens para a fundamentação do estudo. O problema da pesquisa busca responder: Quais são as barreiras que as impedem de entrar no mercado de trabalho no contexto da Covid-19? Os resultados da nossa pesquisa mostram que os principais fatores que dificultam a entrada de mulheres trans no mercado de trabalho dentro do contexto pandêmico são o preconceito de gênero familiar, a invisibilização social, a inobservância do Estado sobre a criação essencial de políticas públicas de inserção das mulheres trans aos ambientes educacionais de nível médio e superior, a marginalização e, à vista disso, a prostituição.

Palavras-chave: Mulheres Trans. Mercado de Trabalho. Pandemia de Coronavírus.

Abstract: On the perspective that it is increasingly difficult to enter the labor market, especially when there are not enough professional/educational skills, to solve the problem of labor marginalization in most companies, we study the insertion of trans women in it. This article aims to analyze the occupational situation of trans women in the context of the coronavirus pandemic. The research has a bibliographic descriptive character, also using the deductive method and, consequently, the analysis of articles, documents and reports for the study's rationale. The research problem seeks to answer: What are the barriers that prevent them from entering the labor market in the context of Covid-19? The results of our research show that the main factors that hinder the entry of trans women into the labor market within the pandemic context are family gender prejudice, social invisibility, the State's failure to observe the essential creation of public insertion policies of trans women to educational environments of medium and higher level, marginalization and, in view of this, prostitution.

Keywords: Trans women. Labor market. Coronavirus pandemic.

I Introdução

A exploração acadêmica chamou a atenção para os níveis de renda relativamente baixos da população trans feminina e as altas taxas de desemprego: os resultados do levantamento realizado no ano de 2020 pela Associação Nacional de Pessoas Transgêneros (ANTRA), mostram que 90% das mulheres trans e travestis vivem da prostituição. Essa descoberta, embora reflita a grave marginalização

socioeconômica da população trans, pode ser explicada em parte pela exploração das dificuldades de encontrar e manter um emprego satisfatório, ou seja, de carteira assinada com todos os seus direitos trabalhistas resguardados.

A pesquisa frequentemente atribui a identidade transgênero como uma razão para a discriminação no emprego (MOURA, Renan Gomes de. & LOPES, Paloma de Lavor., 2017) e alguns sugerem que mulheres trans que estão em transição ou visivelmente desafiam as normas de gênero têm maior dificuldade em encontrar emprego (MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor., 2017 & OLIVEIRA, Alessandra Mawu Defendi., 2020). Não apenas existem desafios associados à obtenção de trabalho, mas as evidências sugerem que pessoas trans perdem empregos devido à transfobia (JAMES et al., 2016 & CNN, Brasil., 2020).

Como resultado, muitos escondem sua identidade de gênero ou adiam sua transição para contornar tal discriminação (JAMES *et al.*, 2016). No entanto, como foi descoberto que as pessoas trans que estão empregadas por mais tempo ou que trabalham em cargos de colarinho branco têm mais probabilidade de manter seus empregos após a transição (XAVIER et al., 2013), a discriminação pode ser contextual e dependente da classe. Finalmente, embora a discriminação transfóbica no mercado de trabalho convencional seja aparente, outros fatores, incluindo questões de raça e classe, podem certamente contribuir para os desafios de se obter e manter um emprego estável.

À luz da discriminação generalizada no mercado de trabalho predominante, há uma necessidade óbvia de os indivíduos trans busquem renda em outros lugares. Como resultado, as mulheres trans entram desproporcionalmente na indústria do sexo por causa de suas poucas ou nenhuma oportunidades de emprego (XAVIER *et al.*, 2013).

O método utilizado possui técnicas de pesquisa de caráter histórico, documental, científico, em uma análise eminentemente descritiva bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2011), utilizou-se também o método dedutivo. As pesquisas utilizadas correspondem ao período de até cinco anos de publicação, datas antigas a esse contexto são consideradas clássicos ou única fonte de dados encontrada, visto a escassez de pesquisas dentro do tema. O problema da nossa pesquisa está diretamente

ligado a marginalização dos corpos transexuais femininos, levando em consideração a exposição destes corpos durante a pandemia de Coronavírus. Uma vez que a transfobia e a invisibilização inerentes à estrutura societária restringem o acesso das mulheres trans ao mercado de trabalho, isso faz com que elas tenham que recorrer a prostituição e, conseqüentemente, as colocam como sendo as mais suscetíveis ao SARS-CoV-2. Dado que, a maioria dos pontos de prostituição existentes são em locais abertos, como por exemplo, ruas e/ou esquinas.

Vale ressaltar, este artigo não propõe explicar a prostituição como profissão satisfatória ou não, mas, tem como objetivo geral analisar a situação ocupacional e a falta de escolha das mulheres trans dentro do âmbito laboral, sobretudo, no contexto da pandemia de Coronavírus. Portanto, fica evidente que a única forma de sustento encontrada por essas mulheres, antes da pandemia e durante, foi a venda sexual de seus corpos. Esse fator acontece devido a segregação ocupacional existente no Brasil em relação aos grupos minoritários. A seguir, iremos abordar de forma profunda os fatos apresentados.

2 Gênero trans

O termo transgênero (trans) refere-se a indivíduos cuja apresentação de gênero difere do sexo atribuído no nascimento. O termo transgênero inclui diversas identidades, como mulheres trans, homens trans, não binários, gênero *queer* ou *genderqueer*, *fa'afafine*¹, *brotherboy*, *sistergirl*², gênero fluido ou gênero não conforme

¹ É muito comum dentro da cultura polinésia a figura do “fa'afafine”. Fa'afafine é um homem que foi criado como mulher, uma tradição polinésia em famílias em que não nasceram meninas. Fa'afafine significa “como mulher”! Fa'afafines não são tratados como homossexuais nem como travestis dentro da cultura deles e possuem grande respeito de toda a comunidade pelo sacrifício individual que fizeram pela sua família (Levitt, H.M.; Ippolito, M.R., 2014 & Nolan, I.T.; Kuhner, C.J.; Dy, G.W., 2019).

² *Sistergirls e Brotherboys* (também chamados de Irmãs-meninas e Irmãos-meninos) são termos usados para descrever pessoas trans e de gênero diverso em algumas comunidades Aborígenes ou das Ilhas do Estreito de Torres. Por exemplo, *brotherboys* são aborígenes e habitantes das ilhas do Estreito de Torres que foram designados do sexo feminino no nascimento, mas vivem suas vidas através do espírito masculino. Eles assumem papéis masculinos na comunidade e na sociedade e são aceitos como tal em suas visões de mundo cultural. Portanto, *brotherboy* abrange tanto a identidade de gênero quanto a identidade cultural.” A mesma coisa serve para *sistergirls*, pessoas

(Levitt, H.M.; Ippolito, M.R., 2014; Nolan, I.T.; Kuhner, C.J.; Dy, G.W., 2019 e Moon, H., 2020). As estruturas para entender a identidade transgênero são frequentemente baseadas em teorias antiquadas fundamentadas no desenvolvimento da identidade de gays e lésbicas (Levitt, H.M.; Ippolito, M.R., 2014).

Tais teorias propõem que gays e lésbicas podem sentir ansiedade ou confusão inicial e escolher permanecer “enrustidos”, antes de progredir para desenvolver uma identidade atualizada e realizada, onde a ansiedade é substituída pelo orgulho (Bockting, W.; Coleman, E., 2007 & Katz-Wise, S.L *et al.*, 2017). O desenvolvimento da identidade transgênero não é linear e pode flutuar com o tempo. Pesquisas com mulheres trans mostraram que a transição e afirmação de gênero é geralmente uma experiência positiva associada a melhorias na saúde mental, incluindo redução dos sintomas de depressão, ansiedade e ideação suicida (Koken, J.A.; Bimbi, D.S.; Parsons, J.T. 2009 & Hughto, J.M.W *et al.*, 2020).

No entanto, a transição de gênero também pode resultar em desafios, como rejeição familiar, risco de discriminação no mercado de trabalho e violência (Koken, J.A.; Bimbi, D.S.; Parsons, J.T. 2009 & Ussher, J. *et al.*, 2020). Conselheiros religiosos e profissionais de saúde mental que se opõem à validade da experiência trans, ainda hoje, pressionam as pessoas trans a renunciarem à sua identidade profundamente conhecida, apesar do fato de que as tentativas de mudar a identidade de gênero ou proibi-las de serem transgêneros são prejudiciais, ineficazes e abusivas (James, S.E. *et al.*, 2016). Como resultado direto dessas pressões, uma pequena minoria de pessoas trans faz a des-transição, embora muitas vezes temporariamente (Stig-Eric OLSSON, S.-E.; Möller, A., 2006 & James, S.E. *et al.*, 2016).

Desde a publicação de uma monografia autorizada " *The Transsexual Phenomenon*" pelo sexólogo Harry Benjamin, espera-se que as mulheres trans apresentem de acordo com diretrizes que detalham o que constitui uma mulher trans real (Benjamin, H. 1996). Essas diretrizes foram baseadas no relato de um praticante de trabalhar com o que Benjamin descreve como mulheres "transexuais". A fim de

designadas do sexo masculino no nascimento, mas que vivem suas vidas através do espírito feminino (Moon, H., 2020).

distinguir as mulheres trans "reais" daquelas que podem estar passando por doenças mentais, ou que podem não ser realmente transgêneros, espera-se que as experiências das mulheres trans sigam narrativas claras.

Essas narrativas incluem um conhecimento claro de ter nascido no corpo errado, uma falta de interesse nas atividades infantis típicas de gênero e uma forte disforia corporal focada na área genital (Benjamin, H. 1996). O texto seminal de Sandy Stone, "*The Empire Strikes Back: A Post Transsexual Manifesto*" detalha como as apresentações de gênero dos clientes imitaram com tanta precisão a apresentação detalhada no trabalho de Benjamin (Stone, S. 2006). Essa apresentação impressionou os profissionais, até que perceberam que os clientes vinham estudando o livro para ter acesso aos cuidados médicos. O principal critério para aceitação do tratamento foi a sensação de estar "no corpo errado" (Stone, S. 2006., págs. 221-335).

Teoricamente, argumenta-se que o gênero é construído por meio da interação social. Consequentemente, nosso gênero é reconhecido em nossa interação cotidiana. A teoria da construção social sugere que os indivíduos aprendem sobre seu papel de gênero por meio da socialização (interação social) dentro da família e da sociedade desde tenra idade (Goffman, E., 1963 & Adler, P.A.; Kless, S.J.; Adler, P., 1992). Os indivíduos transgêneros contornam os modelos tradicionais de gênero, desafiam a "coerção normativa para atuar de forma dicotômica em relação ao gênero" (Peters, J. 2018).

Para muitos indivíduos transgêneros, sua identidade transgênero é experimentada tanto como inata quanto socialmente negociada (Levitt, H.M; Ippolito, M.R., 2014). Polderman, T.J. *et al.*, (2018) em sua revisão da identidade de gênero, argumentam que a identidade de gênero e seus construtos de gênero socialmente definidos relacionados são parcialmente impactados por elementos biológicos. Em sua pesquisa sobre os gêneros lésbicos *butch* e *femme*³, Levitt, Gerrish & Hiestand (2003) e

³ *Butch e femme* são termos usados na subcultura lésbica e sáfica para atribuir ou reconhecer uma expressão de gênero masculina (*butch*) ou feminina (*femme*) com seus traços, comportamentos, estilos, autopercepção e assim por diante. Os termos foram fundados em comunidades lésbicas no século XX (Levitt; Gerrish; Hiestand., 2003 & Levitt e Hiestand., 2004).

Levitt & Hiestand (2004) sugerem que o gênero era vivenciado como biológico ou arraigado, além de ser construído socialmente.

Este fenômeno foi demonstrado no estudo de Ussher *et al.* (2020) com mulheres trans negras na Austrália. Como as normas de gênero tradicionais não ocorrem para indivíduos fora do binário de gênero, os indivíduos transgêneros tentam encontrar não apenas "uma resposta sobre quem eles são, mas também uma resposta sobre o que 'quem eu sou' significa" (Arenas, R.A., 2019). Eles são constantemente questionados sobre sua identidade de gênero pela família e outras pessoas. Paradoxalmente, eles descobrem que precisam descobrir sua própria identidade de gênero, muitas vezes com confusão, dúvidas sobre si mesmos e imensa ansiedade (Dietert, M.; Dentice, D., 2013).

As pessoas trans não apenas questionam sua própria identidade, mas também são questionadas por profissionais de saúde quando procuram atendimento médico. O processo de transição é um discurso comum entre os indivíduos trans (Bolin, A., 1997 & Arenas, R.A., 2019). A transição conota "o processo geral de alinhar a expressão de gênero de uma pessoa com a de sua identidade de gênero" e "renunciar ao gênero (que já foi) atribuído como resultado de seu sexo de nascimento e adotar o gênero com o qual se identifica" (Arenas, R.A., 2019).

Portanto, a transição não é um "evento singular", mas "uma experiência contínua" que pode ocorrer ao longo de vários anos (Butler, J., 2004 & Dietert, M.; Dentice, D., 2013). Alguns indivíduos trans passam por cirurgias e terapia hormonal para afirmar seu gênero identificado e desejado; outros podem optar por não realizar a cirurgia de designação sexual.

2.1 Ambiente familiar e socioeducativo de indivíduos transgêneros

A transfobia latente e explícita no Brasil perpassa múltiplos âmbitos da vida social de mulheres transgênero, esta rejeição normalmente começa no ambiente familiar, deixando marcas profundas nesses indivíduos, que as carregam ao longo da vida. O papel da família, de modo geral, pode ser entendido como de suporte e formação do ser humano, suporte este que fornece as bases necessárias para uma inserção efetiva na sociedade. Nesse contexto, cabe destacar a influência exercida por esse núcleo na psique e personalidade de cada um, o quanto a aceitação e suporte por

parte da família são fundamentais para o desenvolvimento dos seres. Na realidade de mulheres trans, no entanto, esse cenário pode ser bem diferente do exposto, constituindo-se como o primeiro grande contato com a violência e o medo.

Através da pesquisa realizada pela autora Berenice Bento (2011, p. 10), podemos afirmar que em razão do preconceito e do conservadorismo, característicos da sociedade brasileira, muitos pais e/ou responsáveis não toleram a identidade de gênero dos filhos, promovendo a segregação dentro do próprio lar, por meio do assédio moral e constantes humilhações. Assim sendo, há um processo de anulação de personalidade e violência psicológica, responsável, em grande parte, pelos altos índices de depressão e tentativas de suicídio. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), estima-se que 42% da população trans já tentou suicídio, que ao comparado ao índice da população cis gênero, 4,6%, revela uma profunda vulnerabilidade emocional.

Engana-se, porém, quem acredita que a violência dentro dos lares se limita à esfera psicológica, longe disso, constatou-se em 2018, por meio de dados da ONG Internacional Transgender Europe (TGEU), demonstrados abaixo na figura 1, que as residências dessas minorias representam o segundo lugar com maior número de mortes à vista da transfobia, mostrando uma cruel realidade escondida entre quatro paredes.

Figura 1 - Parte superior do ranking mundial dos locais de morte/assassinato de pessoas transgênero.

TRANSRESPEITO VERSUS TRANSFOBIA EM TODO O MUNDO

ATUALIZAÇÃO TvT-TMM – DIA DA MEMÓRIA TRANS 2018

Local da morte	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Setembro 2008-2018
Rua	20	30	26	89	74	77	78	137	125	145	104	905
Residência própria	15	23	26	33	51	51	52	44	52	58	38	443
Mato/campo/pastagem/rural/área/arvoredo/floresta	1	2	5	14	21	20	16	17	17	8	12	133

Fonte: (Trans Murder Monitoring (TMM) por (TGEU), 2018).

Diante do exposto, é possível compreender as dificuldades que pessoas trans enfrentam para manterem-se em escolas e universidades, visto que muitas são

excluídas, violentadas ou até mesmo, expulsas de suas próprias casas – nesse último caso, inviabilizando totalmente sua frequência nesses ambientes (MACHADO, Rodrigo Tavares., 2016). É nesse contexto, de vulnerabilidade emocional e desamparo, que nasce um dos primeiros obstáculos para a permanência desse grupo em ambientes educativos (*Ibidem*), levando em consideração que, muitas vezes, não há diálogo que os ajude a lidar com prejulgamentos ou cuidados que atendam às necessidades básicas de cada um.

Somado a esses fatores, estão o bullying e perseguição a que são submetidos, onde diariamente são obrigados a aguentar “brincadeiras e piadinhas” a respeito de suas vozes, trejeitos, vestuário ou a algum comportamento em específico. Tais atitudes foram também chamadas de heteroterrorismo, por Berenice Bento (2011), em seu artigo “Na escola se aprende que a diferença faz a diferença”, caracterizando uma constante opressão sofrida por essa população, que além de comentários, também estão expostas à violência física e sexual nesses ambientes (BENTO, Berenice., 2011). Vê-se, ainda nos dias de hoje, pouquíssimas iniciativas escolares/governamentais que busquem esclarecer dúvidas ou desconstruir a transfobia herdada dos pais e reproduzidas pelos filhos no ambiente escolar, normalizando um cenário de dor e agressão à natureza humana dos indivíduos trans.

Nesse viés, a falta de apoio à causa por parte do governo também qualifica um agravante ao processo de evasão escolar dessa minoria, uma vez que esta não tem seus direitos preservados, sendo esquecidas pelo poder público. Um exemplo dessa omissão governamental encontra-se no uso do nome social – permitido mediante o Decreto nº 8.727/2016: Art. 4º “Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil (BRASIL., 2016).” Que apesar de reconhecido, não é respeitado nessas instituições, anulando a identificação pessoal do indivíduo. Outro requisito relevante presente nas pautas do movimento LGBTQIA+, é a liberdade de utilização dos banheiros públicos de acordo com a identificação de gênero pessoal, que ao ser negada, menospreza o direito de existir dessas pessoas.

Dentre essas e outras razões, os ambientes familiares, escolares e universitários, tornam-se ambientes insustentáveis para transsexuais e travestis que, não suportando

a opressão sofrida, optam por evadir e buscar outros meios de sobreviver, meios que respeitem sua identidade e humanidade. Infelizmente, nem sempre os encontram. Sem formação ou recursos, essa população é impedida, por ação da própria sociedade, de lutar por uma vida digna e igual.

3 As dificuldades laborais enfrentadas pelas mulheres trans

Em virtude de que os âmbitos de um Estado refletem na grande maioria das vezes os fatores comportamentais de sua sociedade, torna-se evidente a partir dos capítulos anteriores, os inúmeros estigmas e preconceitos que mulheres trans sofrem em todas as esferas de suas vidas e, conseqüentemente, ocorrem de forma bastante incisiva nas esferas laborais. Dessa forma, temos um contexto trabalhista vivenciado por esse grupo totalmente conturbado e complexo, uma vez que as contrariedades que as cercam advêm muitas vezes do ambiente familiar e posteriormente do âmbito escolar, bem antes delas sequer adentrarem ao mercado de trabalho.

A frequente evasão do ambiente escolar e universitário vivenciada por esse grupo, constantemente ocasionada por situações traumáticas de assédio moral, agressões físicas e perseguições, acaba dificultando o contexto laboral de mulheres trans, visto que, em muitos casos precisam se limitar a áreas de atuação nas quais não se faz necessário diploma escolar ou formação acadêmica (ALMEIDA, Cecília Barreto de. & VASCONCELLOS, Victor Augusto., 2018). Desta forma, devido ao baixo salário das determinadas funções, as mulheres trans acabam vivendo em condições de subsistência.

Submetidas a uma vida com diversas privações financeiras, sem emprego formal ou perspectiva de crescimento na área de atuação, sem poder investir o salário, realizar gastos com lazer ou poupar uma parte do dinheiro recebido para algum plano futuro, a realidade árdua e nociva na qual esse grupo é subordinado, nos leva a entender um dos porquês de mulheres trans terem a expectativa de vida com média de 35 anos, enquanto mulheres cis gênero vivem em torno de 75 anos (BENTO, Berenice., 2014).

Enquanto mulheres cis gênero alcançam empregos nos quais lhe possibilitam CLT, simultaneamente, mulheres trans que conseguem empregos informais, sem qualquer direito trabalhista ou prerrogativas da lei, já podem ser consideradas privilegiadas em seu nicho, tendo em vista que, a grande maioria dessas pessoas acabam sendo coagidas ao desemprego que a transfobia estrutural as impõe (ALMEIDA, Cecília Barreto de. & VASCONCELLOS, Victor Augusto., 2018). A formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas e culturais que oprimem e marginalizam mulheres trans persiste no âmbito laboral de diversas formas. É recorrente que os trejeitos, tom de voz e vestuário da candidata, já causem a sua desclassificação para ocupar as vagas, devido a medidas totalmente injustas e preconceituosas (*Ibidem*).

Uma imensa contradição ocorre nessa esfera quando muitas empresas levantam bandeiras LGBTQIA+ e simultaneamente, não se preocupam em instruir seus profissionais do setor de Recursos Humanos a admitirem pessoas trans ou a não se portarem de forma preconceituosa, como por exemplo, estranhando o nome social de mulheres trans que ainda não fizeram a transição ou que optaram por não a fazer (BENTO, Berenice., 2014). O intuito dessas instituições não é combater a transfobia vigente, mas sim, se promover através de jogadas de marketing relacionadas à diversidade de gênero (*Ibidem*).

Questões como a problemática da utilização dos banheiros femininos ou masculinos e a não aceitação e reconhecimento do nome social pelas empresas, são obstáculos que precisam ser estudados e debatidos cada vez mais. A conscientização e educação das pessoas quanto a esses assuntos é um importante passo para que possamos vencer a transfobia no mercado de trabalho (BENTO, Berenice., 2014). Mediante ao exposto, um estudo apontou que as ocupações mais comuns de pessoas trans ao redor do mundo englobam áreas como: prostituição, beleza ou estética e arte (TGEU, 2018), sendo a primeira, a mais recorrida por mulheres trans e também a que proporciona mais riscos à segurança e bem estar dessa minoria, sobretudo, no contexto da pandemia de COVID-19.

Dessarte, a estigmatização dessas mulheres se torna mais potente, visto que, vivemos em um país machista, conservador e preconceituoso onde a prostituição não

é bem aceita socialmente. Devido ao senso comum e a falta de estudo da população quanto ao tema, as pessoas associam o fato de grande parte das mulheres trans viverem por meio da prostituição, como uma escolha própria e até mesmo um “traço de personalidade”, quando na verdade, na maioria dos casos, é devido à falta de políticas públicas de inclusão e os preconceitos estruturais existentes no Brasil (CARDOSO, Michele Rodrigues e FERRO, Luís Felipe., 2012).

A transfobia no âmbito laboral impede a garantia do direito de escolha de mulheres trans, visto que, em muitos casos, em um país que não se importa com a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, optar pela prostituição se torna a única forma de sobrevivência (ALMEIDA, Cecília Barreto de. & VASCONCELLOS, Victor Augusto., 2018). Sobrevivendo as margens da sociedade, sem que o Estado garanta seus direitos fundamentais e suportando diariamente violências emocionais e físicas.

Depreende-se que, se as mulheres trans tivessem ao menos oportunidade de adentrar ao mercado de trabalho, ocupando empregos formais e tendo suas identidades respeitadas, conseqüentemente, essas pessoas teriam melhor qualidade de vida. Logo, cabe ao Estado promulgar políticas públicas de inclusão de mulheres trans nos âmbitos educacional e laboral, além de conscientizar a população quanto ao tema, para que seja combatida não só a transfobia no âmbito de trabalho, mas preferencialmente, toda a transfobia estrutural existente no Brasil.

3.1 A transexualidade e o recorte de raça e classe

O conceito de interseccionalidade abordado pelas autoras Kimberlé Crenshaw (2002) e Angela Davis (1983), visam compreender as realidades interseccionais vivenciadas por mulheres negras. Tais experiências no âmbito social são marcadas pela opressão e configuram-se em desigualdade e discriminação. Nessa perspectiva, as variadas formas de discriminação experimentadas por mulheres pretas estão intrinsecamente relacionadas às questões de gênero, raça e classe. Seguindo a linha de pensamento de Crenshaw e Davis, o presente tópico pretende analisar de forma sucinta a trajetória das mulheres trans imbricadas ao contexto da interseccionalidade.

Em primeiro plano, destaca-se que em suas respectivas trajetórias as mulheres trans tornam-se alvos de discursos de ódio, uma vez que sua identidade não se encontra dentro dos parâmetros estabelecidos pela matriz heteronormativa dominante. Esta conjuntura de opressão sobre as vidas trans é potencializada pela temática do racismo estrutural que é responsável por marginalizar corpos negros (GARCIA, Carla Cristina; SILVA, Fábio Mariano da & SANCHEZ, Marcelo Hailer., 2020). Os respectivos marcadores sociais de raça, gênero e classe são responsáveis por ditar e orientar relações sociais, políticas e econômicas (DAVIS, Angela., 1983 & CRENSHAW, Kimberlé., 2002).

Nesse sentido, tais categorias cooperam para limitar o acesso de mulheres trans negras e pobres aos seus direitos fundamentais, isto é, direitos intrínsecos para produção e reprodução de vida dessa população. Soma-se, ainda, a trajetória das mulheres trans pretas e pardas, resquícios do passado colonial que são responsáveis pela marginalização e desamparo no contexto sócio-estatal (GARCIA, Carla Cristina; SILVA, Fábio Mariano da & SANCHEZ, Marcelo Hailer., 2020). Sob este viés, segundo pesquisas anuais realizadas pela ANTRA - o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Travestis e Transexuais de 2021, estima-se que no ano de 2020, pelo menos 175 mulheres trans foram mortas. Os dados confirmam que 78% dos trans feminicídios foram cometidos contra mulheres trans pretas, sendo que as mesmas se encontram em maioria na prostituição, fato que as expõem ainda mais a situações de violência.

Conforme mostrado em capítulos anteriores, o índice de longevidade das mulheres trans é muito baixo. Consequentemente, essa média diminui ainda mais quando se trata de mulheres trans negras e periféricas. Sobretudo, a Carta Magna assegura aos seus cidadãos o direito de uma vida digna e atribui ao Estado a competência de zelar por esses direitos. Entretanto, constata-se o descomprometimento do Estado em resguardar tais direitos a população trans feminina, visto que, essa minoria é alvo frequente de intensa violência e quando se trata de mulheres trans pretas somam-se às questões da necropolítica em que a raça e a classe se tornam ferramentas fundamentais para se definir quem vai viver ou morrer (ANTRA, 2020). Portanto, busca-se ressaltar, com a apresentação dos dados

supracitados, o massacre vivenciado pela juventude trans feminina negra, que se manifesta como resultado do entrelaçamento das temáticas abordadas pelo interseccionalismo.

Como já ratificado, as experiências trans femininas unem discriminação de gênero, raça e classe. Sendo assim, ser mulher trans negra constitui-se como um desprivilegio, visto que no contexto social brasileiro as mulheres negras ocupam as camadas mais pobres, tornando-se mais vulneráveis e invisibilizadas. Sobretudo, esse caráter de desprivilegio manifesta-se devido às desigualdades relacionadas as questões trabalhadas pela interseccionalidade, que são responsáveis por desencadear a exclusão social e as desigualdades socioeconômicas, fatores que incidem preponderantemente sobre a população negra, em destaque, a população trans feminina negra e pobre (CRENSHAW, Kimberlé., 2002 & ANTRA, 2021).

Ademais, a inserção e interação de mulheres trans pretas em movimentos sociais negros e LGBTQIA+ se dá de maneira conturbada, ao passo que dentro dos próprios grupos as figuras trans femininas negras lidam com questões de racismo e transfobia. Enquanto pertencente ao grupo de indivíduos não-cis gêneros, mais conhecido como Movimento LGBTQIA+, as mulheres trans negras lutam contra o racismo, transfobia e a desigualdade socioeconômica. Já no segmento negro, as mulheres trans depararam-se com a transfobia, uma vez que, tais movimentos se constituem a partir da cis heteronormatividade, desconsiderando outras manifestações de negritude. Segundo a historiadora e mulher trans Giovanna Heliodoro (2020, p. 03), abordar sobre as mortes de travestis e transexuais é falar sobre o genocídio da população negra. Dessa forma, à medida que os movimentos sociais assumem tais posturas, negam-lhes o acolhimento e espaço para abordarem pautas relacionadas às suas experiências cotidianas.

“Acho que é um momento difícil para ser uma mulher trans, porque estamos tentando combater o racismo na comunidade LGBTQIA+ e também estamos tentando combater a transfobia na comunidade negra. Só porque alguém é identificado como trans, isso não tira nosso lugar de preto. Nós somos tão negros quanto vocês.” (Ashlee Preston em entrevista à NBC).

O âmbito social no qual as trans femininas, especialmente pretas e pardas, estão inseridas irá determinar suas respectivas posições socioeconômicas, ou seja, pode-se identificar que tais mulheres são responsáveis por ocupar as camadas mais pobres da sociedade. O fator pobreza que expõe a mulher trans a situação de vulnerabilidade social, soma-se às dificuldades relacionadas às questões laborais, culminando para baixíssimas chances de mobilidade social das mulheres trans. Portanto, os fatores preconceituais sobrepostos as questões de gênero, raça e classe, são os principais responsáveis pela marginalização e exclusão social das trans femininas, sobretudo, mulheres trans negras e pobres.

3.2 Mulheres trans no contexto da pandemia de coronavírus

Visto que a pandemia de coronavírus se alastra, com mais de 460 mil mortos ([JHUCSSE COVID-19, 2021](#)), as dificuldades entre a população transexual decorrem. A crise sanitária na situação atual, ocorre por culpa de um governo cético e irresponsável, onde seu negacionismo atinge a todos, sobretudo, as mulheres trans que tem sido uma das mais lesadas. No Brasil, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020), mesmo diante da situação pandêmica, houve aumento no número de casos de assassinatos de pessoas trans em relação ao ano de 2019, esperava-se que houvesse uma diminuição da situação, devido ao isolamento social, mas nota-se que aconteceu exatamente o contrário. Através de um boletim, a ANTRA divulgou o que vem acontecendo com a população transexual - cabe dizer que tal boletim não apresenta dados oficiais, devido à falta de um censo que possibilita saber a situação real, estes dados são extraídos de informes jornalísticos.

Acreditava-se que durante a pandemia de COVID-19, os índices de assassinato poderiam diminuir como aconteceu em outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e tem impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência, visto que a maioria não conseguiu acesso às políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas. (Boletim nº 5/2020 - ANTRA, p. 3).

Diante dessa informação, é preciso refletir sobre a ocupação dessas mulheres, - que por muitas vezes são consideradas indigentes - onde muitas são obrigadas a recorrer pela prostituição, viver da informalidade, sem acesso à educação básica e superior e empregos de carteira assinada. Esse fator, atrai uma série de problemas na vida de uma pessoa, principalmente de mulheres trans negras, pardas e pobres, que sofrem a descriminalização em vários âmbitos sociopolíticos.

No cenário atual, recorrer às ruas para o trabalho é um ato que agride a situação sanitária do país, pois muitas não podem exercer as medidas protetivas contra o vírus, mas a questão envolve a fome e o acesso à higiene e saúde básica (ANTRA, 2020). Mesmo que o governo disponibilize medidas emergenciais como forma de combate às dificuldades, para as mulheres transexuais, tais medidas configuraram-se como uma realidade distante e inalcançável, visto que sem a documentação pessoal, é impossível ter acesso aos benefícios oferecidos (*Ibidem*).

Assim, ocorre que sem o trabalho e sem o apoio de programas sociais a vulnerabilidade aumenta, tornando mais caótico o cenário em que elas vivem. Em frente às desigualdades enfrentadas pelas mulheres trans, as debilidades sociais e econômicas, são ampliadas diante do momento pandêmico provocado pela Covid-19, a falta de emprego convencional, acarreta a ida às ruas para manter o seu sustento, de forma que acometa a disseminação do vírus entre as demais, a situação vivencial em que elas nasceram e cresceram empurram-nas para isso, impossibilitando a oportunidade de ter uma vida digna com acesso a outros meios (ANTRA, 2020). O isolamento social, de certa forma, é um privilégio da elitizada sociedade brasileira.

Cabe adentrar ao assunto, que durante a pandemia de Covid-19, a população brasileira foi lançada a uma situação que envolve a virtualização dos meios de trabalho, onde o presencial foi substituído pelo remoto, como estratégia de isolamento social empresas passaram a optar por este método. Apesar de não existir nenhum ou um baixo número de mulheres trans em cargos empresariais, visto que a maioria das mulheres trans são profissionais do sexo - como foi demonstrado na introdução, a ANTRA (2020) lançou uma campanha relacionada a questão do trabalho sexual online (Strip-tease, sexo virtual, etc.), onde a mulher trans ofereceria seus serviços de maneira segura, respeitando o isolamento social. Entretanto, muitas mulheres trans não

possuem meios que possibilitem a inserção nesse modelo de trabalho proposto que necessita de dispositivos tecnológicos e acesso à internet, o que mais uma vez resulta no motivo da maioria das mulheres trans se submeterem ao ambiente urbano, estando suscetível ao vírus da COVID-19 e a violência.

Por fim, é possível analisar que a pandemia altera brutalmente a vida das mulheres trans, atribuindo mais dificuldade à vida dessas pessoas. É perceptível que o governo não atua para a melhoria de vida dessa população que sofre constantemente com a falta de saúde básica e educação. “A pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita” (SANTOS, 2020), muito antes da situação pandêmica, as mulheres transexuais já sofriam com o descaso da sociedade, o que ocorre contemporaneamente é apenas um estopim para a real situação de desprezo, desigualdade e exclusão social, vivenciadas por elas.

3.3 Mulheres trans e resistência transfeminina

Não é por acaso que as mulheres trans experimentam taxas mais altas de violência. Isso ocorre porque a masculinidade, o patriarcado e a branquidade ainda reinam supremos em nossa sociedade. Mulheres trans foram e continuam sendo líderes e resistentes ativas em movimentos ativistas. Muitas dessas mulheres são mulheres de cor que nomeiam o papel do racismo e do colonialismo em suas experiências de violência. Muitas dessas mulheres estão ou estiveram envolvidas no trabalho sexual e, portanto, não apenas resistem a ataques às suas identidades trans, mas também resistem a ataques e julgamentos porque o trabalho que fazem ainda é estigmatizado e criminalizado na maioria dos lugares.

Os movimentos LGBTQIA+ no Brasil não podem contar uma história informada ou completa sem reconhecer os papéis das mulheres trans e das pessoas com dois espíritos. Por exemplo, foram as mulheres trans que lideraram os motins de Stonewall. Essas mulheres, como por exemplo: Sylvia Rivera, resistiram ruidosamente e publicamente, recusando-se a recuar (CARTER, David., 2004).

Para muitas pessoas trans, sua identidade e existência transcendem esses binários e se tornam um ato de resistência. Correndo o risco de perder suas famílias, amigos, lares, oportunidades de emprego e muito mais, continuam porque estão

fortemente ligados a quem são. Dentro das resistências trans, raça e cultura são ainda incorporadas por dois espíritos e/ou povos trans indígenas e por pessoas trans de cor que se conectam, dobram, esticam, e recuperam identidades culturais de gênero fora dos paradigmas ocidentais (*Ibidem*). A resistência é profunda, resistir para existir, existir é o maior ato de resistência para a população trans.

4 Conclusão

Em resposta a nossa pergunta problema, através da exploração científica descritiva bibliográfica e dedutiva, onde nos baseamos em estudos anteriores. Ficou evidente que as principais barreiras que impedem as mulheres trans de entrarem no mercado de trabalho estão relacionadas aos contextos: familiar, educacional, racial, classial, social e de identidade de gênero. Entendemos que o suporte familiar é fundamental para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, ao olharmos para a realidade de mulheres trans percebemos que devido as inadequações vivenciadas dentro do âmbito familiar, muitas trans femininas deixam suas famílias para se libertarem da violência, do medo, da dor e opressão, em busca da liberdade de ser e pertencer a algum lugar.

Em relação ao ambiente educacional, observamos que o abandono escolar está relacionado ao ambiente familiar e, conseqüentemente, a repressão dentro das escolas. É inequívoco que as mulheres trans sofrem bullying seguido de ataques transfóbicos e isso faz com que elas vejam o ambiente educacional como hostil, esse fator é primordial para o grande número de suicídios e evasão escolar relacionados a população trans e contribui para que mulheres trans não consigam chegar ao ensino superior e, posteriormente, ao mercado de trabalho.

Vivemos em uma sociedade machista, conservadora, excludente, heteronormativa, desigual e religiosa. A estrutura da nossa sociedade foi fundada sobre esses sistemas de opressão. Ao analisarmos o contexto de raça, classe e gênero, vimos que os grupos minoritários, como por exemplo, mulheres trans negras, pobres e periféricas, estão suscetíveis a desigualdade social e inobservância do Estado. Identificamos a mulher trans como sendo a mais afetada, estando na base da pirâmide

social juntamente com as mulheres negras cis gênero, porém, sobre uma opressão maior, levando em consideração que os próprios movimentos negros cis gênero não abrem espaço para a luta trans.

Todos os agentes de opressão supracitados acima são responsáveis pela exclusão social de mulheres trans, onde o mercado de trabalho formal, ou seja, de carteira assinada e com todos os seus direitos resguardados por lei, se torna impossível de conquistar. Nesse sentido, ao analisarmos a situação laboral de mulheres trans no contexto da pandemia de coronavírus, ficou evidente a exposição ao vírus da COVID-19 e maior probabilidade de infecção vetorial. Essa percepção está relacionada a falta de oportunidades no mercado de trabalho formal, esse problema faz com que as mulheres trans se tornem profissionais do sexo, onde a maioria dos pontos de serviço são em ruas ou esquinas. Por fim, as mulheres trans se encontram nessa situação devido a inobservância do Estado sobre a criação eficiente de políticas públicas de inserção aos meios educacionais e trabalhistas e a falta de preocupação de conscientizar a população sobre questões relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual.

Referências

ADLER, P.A.; KLESS, S.J.; ADLER, P. *Socialization to gender roles: Popularity among elementary school boys and girls*. *Sociol. Educ.* 1992, 65, 169–187.

ALMEIDA, Cecilia Barreto de. & VASCONCELLOS, Victor Augusto. **Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?** Direitos Humanos e Empresas • Rev. direito GV 14 (2) • Ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201814>. Acessado em: maio de 2021.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **Dicas para travestis e mulheres trans profissionais do sexo em tempos de covid-19**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/04/dica-profissionais-do-sexo-covid19-antra.pdf>. Acessado em: maio de 2021.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **DOSSIÊ – assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contrapessoas-trans-em-2019.pdf>. Acessado em: maio de 2021.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **DOSSIÊ – assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acessado em: maio de 2021.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **Nota pública da Antra em luto por Lorena Muniz e Sobre a Saúde Trans**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/noticias/>. Acessado em: maio de 2021.

BENEVIDES, Bruna. **Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans!** ANTRA. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>. Acessado em: maio de 2021.

BENJAMIN, H. *The Transsexual Phenomenon*; Julian Press: New York, NY, USA, 1966.

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Contemporânea ISSN: 2236-532X v. 4, n. 1 p. 165-182 jan.–jun. 2014.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Rev. Estud. Fem. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. ISSN 0104-026X.

BOLIN, A. *Transsexualism and the limits of traditional analysis*. *Am. Behav. Sci.* 1987, 31, 41-65.

BUTLER, Judith. **UNDOING GENDER**. New York; London: Routledge, 2004. 273p.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acessado em: maio de 2021.

CARDOSO, Michele Rodrigues e FERRO, Luís Felipe. **Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão**. *Psicol. cienc. prof.* 32 (3) • 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003>. Acessado em: maio de 2021.

CARTER, David. *Stonewall: The Riots that Sparked the gay revolution*. *St Martin's Press*, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé W. **A interseccionalidade na discriminação de Raça e Gênero**. University of California, Los Angeles (2002).

DIETERT, M.; DENTICE, D. *Growing up Trans: Socialization and the gender binary*. *J. GLBT Fam. Stud.* 2013, 9, 24-42.

GARCIA, Carla Cristina; SILVA, Fábio Mariano da & SANCHEZ, Marcelo Hailer. **Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais**

no Brasil. Serv. Soc. (138) • May-Aug 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.215>. Acessado em: maio de 2021.

GLYNN, T.R.; GAMAREL, K.E.; KAHLER, C.W.; IWAMOTO, M.; OPERARIO, D.; NEMOTO, T. *The role of gender affirmation in psychological well-being among transgender women*. *Psychol. Sex. Orientat. Gen. Divers.* 2016, 3, 336.

GOFFMAN, E. *Stigma: On the Management of Spoiled Identity*; Prentice-Hall: Englewood Cliffs, NJ, USA, 1963.

HELIODORO, Giovanna. **Mercado de trabalho impõe barreiras à população trans.** Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/quais-sao-as-chances-da-populacao-trans-no-mercado-de-trabalho>. Acessado em: maio de 2021.

JAMES, S. E., Herman, J. L., Rankin, S., Keisling, M., Mottet, L., & Anafi, M. *The report of the 2015 U.S. transgender survey*. Washington, DC: National Center for Transgender Equality, 2016.

JAMES, S.E.; HERMAN, J.L.; RANKIN, S.; KEISLING, M.; MOTTET, L.; ANAFI, M. *The Report of the 2015 U.S. Transgender Survey*; National Center for Transgender Equality: Washington, DC, USA, 2016. Disponível em: <https://transequality.org/sites/default/files/docs/usts/USTS-Full-Report-Dec17.pdf>. Acessado em: 12/05/2021.

KATZ-WISE, S.L.; BUDGE, S.L.; FUGATE, E.; FLANAGAN, K.; TOULOUMTZIS, C.; ROOD, B.; PEREZ-BRUMER, A.; LEIBOWITZ, S. *Transactional pathways of transgender identity development in transgender and gender nonconforming youth and caregivers from the Trans Youth Family Study*. *Int. J. Transgend.* 2017, 18, 243–263.

LEVITT, H.M.; IPPOLITO, M.R. *Being Transgender: The Experience of Transgender Identity Development*. *J. Homosex.* 2014, 61, 1727–1758.

MACHADO, Rodrigo Tavares. **O percurso escolar dos transgêneros no Brasil.** Disponível em: <http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20162/SLCo631-1/transgeneros.pdf>. Acessado em: maio de 2021.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. *Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MÖLLER, A. *Regret after sex reassignment surgery in a male-to-female transsexual: a long-term follow-up*. 2006 Aug;35(4):501-6. doi:10.1007/s10508-006-9040-8.

MOON, H. *Brotherboys and Sistergirls: We Need to Decolonise our Attitude Towards Gender in This Country*. Disponível em: <https://junkee.com/brotherboy-sistergirl-decolonise-gender/262222>. Acessado em: 18 de maio de 2021.

MOURA, Renan Gomes de. & LOPES, Paloma de Lavor. **Comportamento Organizacional Frente a Diversidade: a inclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho**. XIV SEGeT – Ética & Gestão, 26 e 27 de outubro, 2017.

NOLAN, I.T.; KUHNER, C.J.; DY, G.W. *Demographic and temporal trends in transgender identities and gender confirming surgery*. *Transl. Androl. Urol.* 2019, 8, 184–190.

OLIVEIRA, Alessandra Mawu Defendi. *La realidad de mujeres transexuales y sus movimientos sociales en Sudamérica en tiempos de COVID-19*. *Revista Ciencias y Humanidades*, v. 10, n. 10, p. 101-131, 2020.

PETERS, J. *A Feminist Post-Transsexual Autoethnography: Challenging Normative Gender Coercion*. *Routledge: London, UK*, 2018.

PROJETO TAMAR. Disponível em: <<http://www.tamar.org.br/index.php>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Ebook. Coimbra: Almedina, 2020.

STONE, S. *The empire strikes back: A posttranssexual manifesto*. In *the Transgender Studies Reader*; Stryker, S., White, S., 1º Eds.; *Routledge: New York, NY, USA*; 2006., pp. 221–235.

TRANS MURDER MONITORING (TMM) by (TGEU). *Trans Day of Remembrance (TDoR) 2018*. Disponível em: https://transrespect.org/wpcontent/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_Tables_EN.pdf. Acessado em: maio de 2021.

USSHER, J.; HAWKEY, A.J.; PERZ, J.; LIAMPUTTONG, P.; SEKAR, J.; MARJADI, B.; SCHMIED, V.; DUNE, T.; BROOK, E. *Crossing boundaries and fetishization: Lived experiences of sexual violence for trans women of colour in Australia*. *J. Interpers. Violence* 2020.

XAVIER, J., Bradford, J., Hendricks, M., Safford, L., McKee, R., Martin, E., & Honnold, J. A. *Transgender health care access in Virginia: A qualitative study*. *International Journal of Transgenderism*, 14(1), 3-17, 2013.

Ana Cláudia Lima de Oliveira

Graduanda em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, UFRJ. Faz parte do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da UFRJ e também atua como extensionista do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin.

Contribuição de autoria: apoiou na coleta de dados e redação do artigo, ficando responsável pelo tópico: “Mulheres trans no contexto da pandemia de coronavírus”.

Camila Eduarda Pinto Figueiredo

Graduanda em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, UFRJ. Professora de inglês certificada internacionalmente, com longa vivência no exterior, tem amplo interesse no campo das Ciências Sociais e Direitos Humanos.

Contribuição de autoria: apoiou na coleta de dados, redação e correção do artigo, ficando responsável pelo tópico: “Ambiente familiar e socioeducativo de indivíduos transgêneros”.

Endrick Edward Rodrigues Martins

Graduando em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, UFRJ. Membro efetivo da Sociedade de Debates da UFRJ (SDUFRJ), onde atua como debatedor. Integra o corpo da Equipe de Direito Administrativo da UFRJ (EDA-UFRJ). É também, pesquisador científico na área de Identidade de Gênero e Orientação Sexual. Faz parte do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin, como extensionista. Além de ser autor e monitor do Projeto “Poesie-se”, iniciativa associada ao Programa de Esporte e Lazer (PEL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Contribuição de autoria: apoiou na coleta de dados, redação, correção e formatação do artigo. Ficando responsável pelo resumo/abstract, introdução, tópicos “Gênero Trans”, “Mulheres trans e resistência transfeminina” e conclusão.

Julie Alves de Alcantara

Graduanda em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, UFRJ. É fluente em Inglês, atualmente estuda espanhol, além de se dedicar a diversos campos como as Ciências Humanas e Relações Internacionais. Atuou como pesquisadora do Projeto de Iniciação Científica da UERJ durante 4 anos. Contribuição de autoria: apoiou na coleta de dados, redação, correção e formatação do artigo. Ficando responsável pelo resumo/abstract, introdução, tópicos “Gênero Trans”, “Mulheres trans e resistência transfeminina” e conclusão.

Contribuição de autoria: apoiou na coleta de dados, redação e correção do artigo, ficando responsável pelo tópico: “As dificuldades laborais enfrentadas pelas mulheres trans”.

Lavinia de Oliveira Castilho

Graduanda em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, UFRJ. Tem interesse no estudo das Relações Sociais e Acontecimentos Históricos, possui grande interesse pela pesquisa na área das Ciências Humanas.

Contribuição de autoria: apoiou na coleta de dados e redação do artigo, ficando responsável pelo tópico: “A transexualidade e o recorte de raça e classe”.